

URBANISMO AFRICANO: 6000 mil anos construindo cidades (uma introdução ao tema)

Henrique Cunha Júnior

Resumo

O desenvolvimento do referencial conceitual da disciplina de “Urbanismo africano: 6000 anos construindo cidades” foi desenvolvido em pesquisas na última década e a disciplina foi oferecida em alguns programas de pós-graduação nas áreas de ensino de Engenharia e Sociedade do NIDES-UFRJ e da arquitetura e urbanismo da UFBA. O artigo é sobre o desenvolvimento referencial conceitual do urbanismo com base na perspectiva da história e cultura africana e do Pan-africanismo. Trata de uma abordagem considerada por nós original no campo do ensino de urbanismo, de caráter transdisciplinar, para as áreas de engenharia e sociedade, geografia urbana e arquitetura e urbanismo. O ensino da relação entre engenharia e sociedade é um campo relativamente novo, abrange as relações sociais, compreendendo as relações étnico-raciais, as culturas e as tecnologias. O urbanismo e a arquitetura são campos do conhecimento na interface sociedade e tecnologias construtivas, sendo que ao longo do século passado produziram uma visão eurocêntrica e um pensamento racista sobre o continente africano. A perspectiva do ensino do urbanismo com base na história e cultura africana constitui uma inovação em ensino, faz parte do combate teórico-conceitual ao eurocentrismo. Nesse artigo, apresentamos o desenvolvimento das bases conceituais dessa disciplina.

Palavras-chave: urbanismo africano; história e cultura africana; ensino de urbanismo; engenharia e sociedade; pan-africanismo e educação

AFRICAN URBANISM: 6000 years building cities (an introduction to the theme)

Abstract

The development of the conceptual framework of the subject of “African Urbanism: 6000 years building cities and towns” has been developed in research in the last 10 years and the discipline has been offered in some graduate programs in the areas of Engineering and Society at NIDES-UFRJ and architecture and urbanism UFBA. The article is about the conceptual referential development of urbanism based on the perspective of African history and culture and Pan-African concept. It deals with an approach that we consider to be original in the field of teaching urbanism, of a transdisciplinary character, for the areas of engineering and society, urban geography and architecture and urbanism. The teaching of the relationship between engineering and society is a relatively new field as a knowledge area that covers social relations, comprising ethno-racial relations, cultures and technologies. Urbanism and architecture are fields of knowledge at the interface of society and constructive technologies, and over the past century they have produced a Eurocentric vision and racist thinking about the African continent. The perspective of teaching urbanism based on African history and culture is an innovation in teaching, part of the theoretical-conceptual fight against Eurocentrism. In this article we present the development of the conceptual bases of this discipline.

Keywords: african urbanism; african history and culture; urbanism teaching; engineering and society; Pan-African concept and education

URBANISMO AFRICANO: 6000 años de edificios (una introducción al tema)

Resumen

El desarrollo del marco conceptual de la disciplina "Urbanismo africano: 6000 años construyendo ciudades" se ha desarrollado en investigación en los últimos 10 años y la disciplina se ha ofrecido en algunos programas de posgrado en las áreas de enseñanza de Ingeniería y Sociedad en NIDES- UFRJ y UFBA arquitectura y urbanismo. El artículo trata sobre el desarrollo conceptual referencial del urbanismo basado en la perspectiva

de la historia y cultura africanas y el panafricanismo. Se trata de un enfoque que consideramos original en el campo de la enseñanza del urbanismo, de carácter transdisciplinario, para las áreas de ingeniería y sociedad, geografía urbana y arquitectura y urbanismo. La enseñanza de la relación entre la ingeniería y la sociedad es un campo relativamente nuevo que abarca las relaciones sociales, que comprende relaciones etno-raciales, culturas y tecnologías. El urbanismo y la arquitectura son campos de conocimiento en la interfaz de la sociedad y las tecnologías constructivas, y durante el siglo pasado han producido una visión eurocéntrica y un pensamiento racista sobre el continente africano. La perspectiva de la enseñanza del urbanismo basada en la historia y la cultura africanas es una innovación en la enseñanza, parte de la lucha teórico-conceptual contra el eurocentrismo. En este artículo presentamos el desarrollo de las bases conceptuales de esta disciplina.

Palabras clave: urbanismo africano; historia y cultura africanas; enseñanza del urbanismo; ingeniería y sociedad; panafricanismo y educación

COMEÇANDO PELOS PROBLEMAS

Como e por que se escrevem as histórias são os principais problemas que enfrentam os pesquisadores e escritores da história, e a resposta a esse questionamento depende da perspectiva histórica, do conjunto de base de formação do historiador e de seus propósitos políticos. A abordagem do urbanismo com que trabalharemos concorda com a perspectiva pan-africana, considerando a informação ampla sobre a história africana a partir dos africanos e difere da edição da História Geral da África publicada pela Unesco na década de 1980, que é considerada como um revolucionário avanço nos métodos e na escrita da história. Nenhum dos demais continentes produziu uma história geral sua, reunindo pesquisadores e intelectuais de todas as nações, produzindo um documento de base que seria um grande consenso político e cultural. Entendemos que a perspectiva de autonomia com relação ao pensamento científico europeu e os conceitos de unidade africana foram fundamentais na edição desse documento histórico e revolucionário no campo do conhecimento científico.

O movimento Pan-africano utiliza-se da filosofia africana e dos modos de pensar as representações cosmológicas das sociedades africanas e fundamenta os diversos aspectos da unidade africana (KUMAH-ABIWU, OCHWA-ECHEL, 2013). A perspectiva Pan-africana não é a de ignorar ou desprezar as informações eurocêntricas, mas de manter uma autonomia em relação a ela. A perspectiva Pan-africana também permite conceituar e teorizar sobre os diversos aspectos da vida humana, inclusive o urbanismo, como veremos adiante.

O porquê de produzir pesquisas e escrever sobre urbanismo africano é para melhorar a compreensão do futuro africano e dos descendentes de africanos no mundo. É para estimular o pensar sobre o que a história urbana africana pode nos ensinar de reflexões sobre as formas urbanas e como se desenvolveram as cidades, num período em que a história europeia não estava constituída. É também ter um referencial dos fenômenos urbanos e da ideia de cidade nas concepções africanas, observando o que mudou e por quais razões mudaram, durante os milênios, principalmente no milênio passado. Trata-se de uma versão pretendida da história do urbanismo africano na linha do pensamento de ilustres pesquisadores como Cheike Anta Diop (DIOP, 2014) e Theofilo Obenga (OBENGA, 1982), pensadores que partilham do conceito de africanidade. Conceito que articula a noção de uma unidade cultural e histórica para o continente africano. O urbanismo africano na perspectiva de 6000 anos segue de forma conceitual a ideia da unidade cultural e histórica africana.

Muitos historiadores que tinham problemáticas diferentes das africanas, escreveram a história africana a partir de uma perspectiva europeia, lendo o mundo a partir das lentes europeias, lentes por vezes corrompidas por problemas do racismo inconsciente ou consciente. Hegel é um pensador importante para a filosofia europeia e para a história europeia, entretanto pode ser

considerada deplorável e danosa, para a filosofia africana, a perspectiva desse pensador sobre a África. Georg Wilhelm Friedrich Hegel viveu de 1770 a 1831, foi o filósofo alemão que desenvolveu o esquema de raciocínio dialético que enfatizava o progresso da história e das ideias que, pelo confronto racional de tese, a antítese, se produz uma síntese, sendo essa um novo conhecimento científico pelo uso da razão. E justamente esse pilar da filosofia ocidental pensa os africanos e o Continente Africano como : "a África propriamente dita", dividida em três partes: (a) a África propriamente dita, aquele território que fica ao Sul do Saara; (b) África européia, território situado ao Norte do Saara; e (c) Egito, o território que está conectado à Ásia (HEGEL, 1956). Sobre a "África propriamente dita" afirma ser "[...] a terra da infância, que se estende além do dia da história autoconsciente, é envolta no manto escuro da Noite" (HEGEL, 1956, p. 91). O racismo antinegro de Hegel não para aí, vai além e afirma outros impropérios como: "[...] na vida negra o ponto característico é o fato de que a consciência ainda não atingiu a realização de nenhuma existência objetiva substancial" (HEGEL, 1956, p. 93); para Hegel (1956, p. 93), o africano é "[...] homem natural em seu estado completamente selvagem e indomável". Entendam que o mundo, nesse período de vida de Hegel, estava em pleno desenvolvimento das ideias do racismo científico, das ideias de Darwin (DARWIN, 1859) sobre a seleção natural das espécies e, também, dos avanços depredadores do colonialismo e do escravismo criminoso¹. Tanto para os sistemas do escravismo criminoso, como do colonialismo e da dominação ocidental sobre a África, as palavras de Hegel foram formadoras de uma parte da consciência (inconsistente) dos europeus sobre os africanos e, em certa proporção do mundo, sobre os africanos, e muitas vezes dos africanos europeizados sobre os africanos não europeizados. Nesse sentido é que insere a preocupação em não necessariamente seguir os clássicos europeus.

Durante o século XX se firmou entre acadêmicos um grande consenso sobre a necessidade de combater o eurocentrismo. Essa necessidade partia das distorções sobre a humanidade resultantes de uma história única e com base na história europeia. Dentro da lista de bibliografias de importantes construções na mudança da história e combate ao eurocentrismo podemos citar, no Brasil, os sociólogos Guerreiro Ramos (*Redução sociológica*, 1958) e Clovis Moura (*A injustiça de Clio*, 1990); no Caribe, Edouard Glissant (*La Lézarde*, 1958; *Le Quatrième Siècle*, 1964) que consideram ser o povo das ilhas do Caribe "autônomo" culturalmente em relação à África, e no entanto desenvolveram uma cultura não europeia. Na literatura internacional temos Abdel-Malek (*A dialética social*, 1972); Edward Said (*Orientalismo*, 1978); Martin Bernal (*Black Athena* v. I, 1987); Marimba Ani (*Yurugu: An Afrikan-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior*, 1994; *The Ideology of European Dominance*, 1979); e Samir Amin (*Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*, 1994). Além dessa vertente de oposição ao eurocentrismo, outras mudanças ocorreram no pensamento ocidental em função das pesquisas e do livro de Thomas Kuhn (2003), lançado na década de 1960, que mostra a crise dos paradigmas científicos e a estrutura das revoluções científicas, mas também revela os acordos de grupos em torno da manutenção de uma visão da ciência. A ciência monodisciplinar, com base no paradigma cartesiano, sobre os métodos científicos e sobre a racionalidade ocidental, também se encontra em profunda mudança devido às abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e relativa às complexidades sistêmicas (BARBOSA, 1995; CUNHA JR., 2010). A abordagem do conhecimento pela via da filosofia africana é transdisciplinar e complexa sistêmica. Portanto, a visão do urbanismo africano, com base na filosofia africana é uma proposta transdisciplinar inserida na visão da complexidade sistêmica. Filosofia africana definida conforme aponta Richard H. Bell (2002) em seu livro *Understanding African Philosophy*, como um conjunto de formas de pensar africanas que oferecem respostas aos problemas de cada tempo e lugar.

¹ Utilizamos escravismo criminoso como conceito, visto que o sistema educacional apresentava escravidão naturalizada na literatura. Esta foi uma crítica à História Brasileira realizada pelo Movimento Negro.

Para a elaboração do pensamento sobre o urbanismo africano, tomou-se a base da filosofia africana, as proposições da matemática também africana utilizadas no planejamento urbano e nas edificações, e o fato de que as sociedades africanas produziram diversas escritas e essas interferem na concepção da arquitetura e do urbanismo, principalmente nas cidades da antiguidade, das civilizações do vale do Rio Nilo. Os africanos são historicamente monoteístas, em razão das religiões tradicionais africanas comportarem apenas um grande criador, e profundamente religiosos, sendo que as religiões estão sempre incorporadas nas formas urbanas africanas. Ressalta-se que o conceito de forma urbana abrange a incorporação à cidade, ao patrimônio material e imaterial (CUNHA JR., 2019). O tempo histórico da disciplina de urbanismo africano é organizado em quatro grandes conjuntos: urbanismos da antiguidade do vale do Rio Nilo; a era do mercantilismo africano; a era da catástrofe africana; e a era da reconstrução africana (CUNHA JR., 2018).

Esse artigo é resultado de pesquisas feitas nos últimos dez anos sobre o tema do urbanismo africano, e da pesquisa realizada nasceu a proposição e apresentação da disciplina na pós-graduação, nos programas do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES – Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Arquitetura e Urbanismo). Trata-se de um artigo de introdução às temáticas relativas a uma disciplina de urbanismo africano, dentro de uma perspectiva Pan-africanista.

A CONSOLIDAÇÃO DA ÁREA DE HISTÓRIA DO URBANISMO AFRICANO

As ciências do urbanismo e a história desse fenômeno nas cidades fez parte das disciplinas de arquitetura e urbanismo do século XX, porém sem considerar na maioria dos casos a existência do urbanismo africano. Na literatura ocidental clássica sobre urbanismo, as poucas menções eram relativas ao Egito antigo e à cidade de Alexandria; não havia uma conexão com os mercados e rotas comerciais do continente africano, eram desconectadas da história dos demais territórios que compunham e que compõem a África. Mesmo assim, a cidade de Alexandria é tratada de forma equivocada com parte da cultura sendo considerada grega e não egípcia e, muito menos, africana (POLYZOIDES, 2014; WALBANK, 1982). Na imprecisão da literatura, o imperador da Macedônia — Alexandre, o Grande, aparece como grego e a invasão dos exércitos da Macedônia no Egito figura como colonização grega. Porém, na forma correta, Alexandria é uma cidade egípcia, governada por egípcios da dinastia Ptolomaica, e fundada por Alexandre, o Grande durante o período de ocupação do Egito pelos macedônios.

Quatro autoras e autores fazem parte dos clássicos que, na segunda metade do século passado, firmaram a existência do urbanismo africano. Basil Davison (1959), Geneviève See (1973), Richard Hull (1976), Catherine Coquery-Vidrovitch (1993).

Basil Davison foi, de início, um jornalista interessado pelo continente africano depois da segunda guerra mundial e, com o tempo, se tornou um dos primeiros pesquisadores europeus a entender e trabalhar a importância da história africana e de viajar pelo continente. Foi revolucionário ao abordar as cidades, principalmente da região africana ocidental considerando, do ponto de vista da arqueologia, as cidades desaparecidas e destruídas no tempo; também fez as conexões sobre o urbanismo e o comércio através do Saara e a formação de reinos e impérios. O livro de Basil Davison publicado em primeira edição, no ano de 1959, transformou-se em um grande clássico para compreendermos a existência do urbanismo africano e suas especificidades. Trata-se de um autor que, mesmo não filiado a universidades, publicou bastante sobre o passado africano.

Geneviève See, em 1973, apresenta um livro considerando o vale do Nilo, e não apenas o Egito, como o local de nascimento do urbanismo. Trata-se de uma edição revolucionária para o

pensamento urbanístico. É um texto com muitas fotos e mapas de cidades, parte de um denso tratamento das referências da arqueologia. Tornou-se um livro raro de pouca divulgação, no entanto, de suma importância para pensar o urbanismo a partir do vale do Nilo, considerando as histórias de Etiópia, Núbia e Egito (SEE, 1973). O livro, com as muitas ilustrações, tem seu ponto forte na arquitetura.

Richard W. Hull (1972) é um autor de livros sobre temas diversos. O livro lançado em 1976 é uma narrativa que trata de forma bastante interessante os sistemas políticos e econômicos e as cidades e metrópoles africanas, mil anos antes da conquista europeia. Em 1972, o autor lançou um livro com narrativas bastante pertinentes sobre a história africana, com o título *Munyakare: African Civilization Before the Batuuuree*. Hull pode ser considerado um autor pouco conhecido.

Catherine Coquery-Vidrovitch tornou-se o grande marco sobre a história das cidades e do urbanismo africano, apresentando um estudo que abrange todas as áreas do continente africano. Produzindo uma abordagem cronológica, da antiguidade ao século XX, tratou de todos os principais centros urbanos da África antiga: de Meroé no vale do Nilo, ao Grande Zimbábue; das cidades dos impérios da região africana ocidental às cidades-Estado Suaíli, no Oceano Índico, e desenvolveu muito das principais questões da história urbana africana, em temas como o comércio e a expansão do Islamismo. Reviu tudo que os historiadores do urbanismo haviam ignorado, e corrigiu os grandes equívocos de que cidades não existiam antes da denominada colonização europeia no continente, no século XIX; que a África antes das invasões europeias era exclusivamente rural, formada de aldeias dispersas e centros urbanos raros e de população pequena, prevalecendo o tribalismo de grupos isolados em regiões selvagens. Os estudos dessa autora superam tudo o que existia e consagra um lugar de importância civilizatória africana na política, economia e cultura das cidades africanas.

A partir de 1978, teve grande impacto sobre os intelectuais e pesquisadores africanos o lançamento do livro sobre história da África negra de Ki-Zerbo (1978). O livro oferece um amplo espectro da história de todo o continente, de forma consolidada e bastante referenciada. Nesse livro de Ki-Zerbo, os fenômenos urbanos africanos e a organização comercial entre regiões ficam deveras transparentes.

Podemos também pensar na consolidação dos estudos do urbanismo africano e da história das cidades africanas tomando como referência a última década do século passado e início do século atual (ANDERSON, RATHBONE, 2000; SALM, FALOLA, 2005). Um fator importante nessa consolidação foi a desmitificação de que a Europa colonizou a África, em tese apresentada por Walter Rodney (1975), que demonstra como o europeu subdesenvolveu a África através dos processos do escravismo criminoso e das invasões predativas.

A perspectiva empreendida na disciplina de “Urbanismo Africano: 6.000 anos construindo cidades” difere das anteriores, por tomar a filosofia africana e os modos de vida africana como partida para a compreensão do urbanismo africano e para conceituar a forma urbana africana a partir da vila rural e dos mercados africanos. Propondo uma nova cronologia da história africana, consideram-se as relações comerciais e culturais internas e externas ao continente africano. Os africanos se comunicaram e comercializaram ao longo de mais de 6.000 anos, entre si e com os demais povos da Ásia e da Europa.

A PERSPECTIVA PAN-AFRICANISTA E OS PESQUISADORES DIOP E OBENGA

Durante todo o século XX, diversas expressões de movimentos das populações africanas e afrodescendentes na diáspora realizaram ações em nome do Pan-africanismo. Justiça social, cidadania, direitos civis, liberdade de expressão, não intervenções ou agressões estrangeiras na África, combate ao racismo, proteção às culturas africanas e negras, proteção do meio ambiente,

unidade dos países africanos, autonomia intelectual, reparações das espoliações escravistas criminosas e indenizações pelos sistemas de exploração europeus, todos são temas que fizeram e fazem parte da pauta dos movimentos Pan-africanistas no mundo.

Em 1900, com a realização do Primeiro Congresso Pan-africano, ocorreu a origem oficial do movimento. Essa origem é creditada na história originalmente por Henry Sylvester-Williams e a Edward Wilmot Blydenismo. Com contribuições significativas de Marcus Garvey, William Edward Burghardt Du Bois, Booker Taliaferro Washington e outros intelectuais. Mais recente, observou-se o pensamento político de intelectuais como Julius Nyerere, Kwame Nkrumah, Thomas Sankara e Amílcar Cabral (KUMAH-ABIWU, OCHWA-ECHEL, 2013). Na nossa perspectiva, o movimento Pan-africanista teve início com a independência do Haiti e com o pensamento intelectual desse movimento entre 1791-1804, continuando até a invasão norte-americana em 1915 (FICK, 2007; BYRD, 2019). No Brasil, existiram desde 1900 correntes Pan-africanistas nos movimentos negros, sendo que autores como Guerreiro Ramos (1957) e Abdias do Nascimento (1978) demonstram posições intelectuais alinhadas a esses movimentos.

Durante quatro séculos, entre os séculos XVI e XX, os impérios Otomano e Europeu invadiram e impuseram governos às nações e aos povos africanos (RODNEY, 1975; AROW, 2010; WILLIAMS, 1987). Causaram grande destruição de cidades e de Estados africanos e produziram o subdesenvolvimento do continente. Poucos são os trabalhos que tratam das invasões Otomanas, que formaram, entre os séculos XIV e XIX, um grande império ocupando parte importante do continente africano, sendo elas as que primeiro enfraqueceram as economias africanas e tornaram o continente mais vulnerável às invasões europeias. Foram as invasões Turco-Otomanas que primeiro implantaram o comércio de seres humanos da África para os mercados asiáticos e europeus. Do século XV em diante se intensificaram as invasões europeias e, no século XIX, terminaram por impor sobre todo o continente africano a denominada conquista europeia. No século XX, um dos principais temas e conquista dos movimentos Pan-africanos foram as independências políticas das nações africanas, discutindo posteriormente as unidades dos países africanos e a independência econômica.

Devido aos sistemas coloniais europeus, formou-se uma mentalidade de negação da cultura e da intelectualidade africana; o eurocentrismo ocupou os sistemas de educação e formação dos países africanos por quase um século. A retomada dos ideais africanos e a revalorização do pensamento africano foi uma das grandes marcas do Pan-africanismo. Os Pan-africanistas produziram uma ampla revisão do conhecimento africano e dos valores africanos. Instituíram-se caminhos de autonomia da ciência africana em relação às ciências europeia e americana. A produção da História Geral da África e a fixação das filosofias africanas foram os grandes marcos do pensamento intelectual Pan-africano.

Um tema importante que atravessa muito da literatura e ações Pan-africanistas diz respeito aos vínculos culturais e históricos entre os diferentes países e povos do continente e aos benefícios da cooperação, como forma de resistir ao imperialismo e ao colonialismo, como também de reduzir os efeitos desses sistemas sobre as populações africanas. A africanidade é um conceito que unifica o pensamento africano sobre o continente africano, como também orienta a existência de um sentido africano com relação à produção científica e cultural. Existem especificidades continentais contrapondo os discursos universalistas sobre a humanidade. O lema da Unidade na Diversidade fornecido pelo conceito de africanidade é de grande importância para a reconstrução política, econômica, social e cultural dos povos africanos e dos descendentes, pois permite uma autenticidade e valorização do ser africano em relação ao ser europeu.

Outro tema de grande importância do Pan-africanismo é o que ocorre na diáspora africana, o combate às formas e consequências do racismo antinegro. Pensamento que resulta em questões

importantes como as cotas para negros nos sistemas de trabalho e educação no Brasil e em muitos países das Américas.

Portanto, a formulação de uma teoria ou de um conceito do Urbanismo Africano, numa continuidade de 6.000 anos, sob orientação de base Pan-africanista, consiste em reter o conceito de “africanidade” e explorar sua complexidade e potencialidade, tendo como base a história e a filosofia africanas, sistematizando a integração do espaço territorial e geográfico africano e abolindo os conceitos que fazem pensar as nações africanas como isoladas entre si e isoladas do mundo. O eurocentrismo fez, parte da humanidade, pensar o continente africano e os povos africanos como povos tribais isolados nas selvas e desprovidos de contatos civilizatórios. Muitas das narrativas sobre o continente são sobre a suposta chegada dos europeus. A maior parte da literatura sobre o urbanismo africano, na perspectiva eurocêntrica, se refere à urbanização a partir do século XIX, sob o rótulo da colonização europeia do continente africano.

Os pensamentos de Diop e Obenga recuperam, na africanidade, o pensamento do antigo Egito, no qual figura a racionalidade do equilíbrio do universo como racionalidade que justifica as racionalidades urbanas africanas das grandes construções do vale do Nilo. Fato que torna a racionalidade urbana africana distinta da europeia. As cidades europeias são pensadas pela racionalidade do econômico, da sociedade burguesa industrial moderna e depois pós-moderna.

Os conceitos utilizados para pensar os 6.000 anos de urbanismo africano

O conceito de africanidade estabelecido por Cheikh Anta Diop (1923-1986) traduz a existência de um grande universo de conexões que unifica os fenômenos do continente africano sem, contudo, deixar de apresentar uma diversidade de marcadores culturais, geográficos, econômicos e urbanos. A unidade cultural africana produz uma diversidade cultural no continente. Este conceito foi aplicado, também, ao urbanismo nessa pesquisa sobre 6.000 anos produzindo cidades (DIOP, 1959). Os mercados africanos, em torno dos quais se operacionalizam as cidades são africanidades que tomam parte importante na determinação da forma urbana africana. O conceito de africanidade pode ser visto em Henrique Cunha Junior (2001).

O conceito de ancestralidade é pensado como a realização da vida humana em um território ocupado por gerações sucessivas. Trata-se de um dos conceitos mais fortes nas culturas africanas e pensa a vida de uma coletividade em ciclos. Nas sociedades africanas, o tempo e o espaço são sempre associados, portanto cada local tem o seu tempo-espaço. De uma maneira esquemática, podemos definir a ancestralidade como quatro tempos-espaços. O tempo-espaço distante, quando foram realizadas as transformações importantes para a base da humanidade, a domesticação dos animais, a agricultura, a tecnologia do ferro e o conhecimento da navegação marítima e fluvial. A ancestralidade dos Orixás e Inquices nas religiões de matriz africana como primeiro ciclo. O segundo ciclo da ancestralidade, o mais próximo a que precede as gerações do presente. O terceiro ciclo, a ancestralidade presente, que se encontra em processamento; e o quarto tempo a ancestralidade futura, que se processará como decorrente das anteriores. Tanto a ancestralidade como as religiões definem os modos de vida e determinam a construção do espaço urbano (CUNHA JR., 2019). A ancestralidade é pensada como um território, seja de uma família relativo à casa e o seu entorno, seja de uma comunidade ou do território habitado. Inclui os seres humanos e os demais seres, animados e inanimados, em constante relação.

Religião e vida

Religião como armadura de vida e é ela que determina a organização social do grupo humano (HEIDEMANN, 2005, p. 20). Esse é um pensamento corrente em todo o continente africano. Trabalhamos com o conceito de religiões tradicionais africanas, definido como as religiões

que apareceram no continente africano independentes do cristianismo e do islamismo, e que funcionam com base nos valores sociais comuns à maioria das sociedades africanas, religiões que se encaixam no conceito de africanidade. Considera-se que as religiões africanas tradicionais não possuem dogmas, nem fundadores, profetas ou livros sagrados, como também não reivindicam pureza e se adaptam ao tempo e ao local. As sociedades africanas tradicionais são extremamente religiosas. Ninguém põe em dúvida a existência Divina, no entanto, como ninguém nunca viu este ser divino, a sua existência se expressa pela materialidade do mundo real. Nas religiões africanas tradicionais não há preocupação com a vida após a morte, elas fazem parte da vida terrena e resolvem os problemas da vida terrena, não existe o problema da salvação para a vida eterna. O universo funciona como o pensamento do Divino, sendo, portanto, um modelo para a vida humana na terra; o equilíbrio cósmico é o modelo para o equilíbrio social.

O conceito de equilíbrio, na sociedade, parte do modelo do equilíbrio cósmico (BLERK, 2018). No antigo Egito, a Maat era o símbolo do equilíbrio social e do equilíbrio do universo. Simbolizava uma Deusa, a Maat, que representa as qualidades humanas de justiça, honestidade, retidão de caráter, a manutenção do equilíbrio social e o combate ao caos. Os historiadores consideram as leis da Maat como responsável pelo equilíbrio milenar do antigo estado egípcio (BLERK, 2018). Esse conceito de Maat e de equilíbrio social como equilíbrio do cosmo e da perfeição se encontra presente em todas as filosofias africanas com representações diversas, mas similares à original. O conceito de Maat é uma africanidade.

Conceito de complexidade e transdisciplinaridade nas filosofias africanas

As filosofias africanas escritas ou orais transcritas são da complexidade sistêmica e da transdisciplinaridade, pois partem do conceito de que tudo é energia, e de que todas as energias partem da existência de um criador. As diversas formas de energia interagem de forma dinâmica e sistêmica, proporcionando a retroalimentação dentro do sistema. Na filosofia Bantu por exemplo, tudo tem o seu Ntu, ou seja, a sua porção de energia. Ntu é a força do universo que sempre ocorre ligada à sua manifestação em alguma coisa existente no campo material, simbólico ou espiritual, nomeada nas formas de Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu. O ser humano é um Muntu, as coisas são Kintu e as formas abstratas, Kuntu e Hantu são as relações de tempo e espaço; porém as partes têm ampla interação. A racionalidade consiste na compreensão de como essas energias se articulam e de como podemos produzir a continuidade do equilíbrio nos processos de transformação dessas energias (CUNHA JR., 2010), sendo o ser humano o grande responsável pela manutenção dos equilíbrios ou pela restauração do equilíbrio, quando implantados os desequilíbrios.

Família estendida e casa africana

A família estendida é uma forma de organização familiar africana como bem mostra Fabio Leite (1995; 1996). Consiste em pessoas que estabelecem laços familiares por motivos sociais diversos, como por exemplo razões de produção e comercialização de produtos. As moradias e formas de vida são organizadas em uma pequena comunidade de pertencimento, por vezes, uma família estendida organiza uma casa com diversas dependências, que abrigam muitas das atividades realizadas pela família. A casa africana é, então, vista muitas vezes como parte da ancestralidade, na qual inclusive são enterrados os mortos.

A terra é um bem comum, o solo urbano é um bem coletivo

Dentro das comunidades tradicionais africanas, a terra é um bem comum, como exemplifica Jo-Ansie van Wyk (2010) em seu texto sobre a sociedade sul-africana em

transformação, no qual comenta os mitos do passado e a realidade do presente, em que aparecem a propriedade privada sobre a terra e as disputas de posse. Nas sociedades africanas tradicionais e nas em transição o solo urbano é um bem comunitário e de uso social, sendo a discussão sobre o seu emprego uma forma democrática e consensual. A organização urbana africana foi realizada durante grande parte da história com base em valores sociais, religiosos e comerciais. Apesar de que, muitas vezes, religião e comércio se interpenetravam na organização do espaço urbano.

Sobre vila africana rural

Nas áreas rurais africanas encontramos a organização da população regida pelas vilas rurais. As vilas rurais congregam os camponeses que possuem suas plantações distantes do local de moradia. Em muitos lugares, essa forma é consequência de as áreas agrícolas estarem em áreas de alagamento de rios e o solo fértil dado pelos sedimentos trazidos pelas águas. Como os plantios são feitos em terra que, durante parte do ano ficam cobertas pelas águas, as moradias são construídas em vilas, ou seja, em locais não alagáveis.

Ruralidade e urbanidade

A cidade urbana é uma consequência do crescimento da vila rural. Portanto, a ruralidade é quando a vila é de agricultores e pecuaristas e quando essas atividades são superadas em população por comerciantes, artesãos e administradores, a urbanidade é implantada. As cidades são determinadas pelos graus de urbanidade ou ruralidade das populações, tudo isso a partir da vila rural.

Desse conjunto de conceitos apresentados, produzimos a forma urbana africana como coletiva, devido ao uso social da terra: os determinantes da ancestralidade, da religião com a ancestralidade, os determinantes do urbano, o urbano como *locus* de sociabilidade e os mercados que funcionam como expressões da sociabilidade humana, diferentemente do conceito de forma urbana europeia, construído pela oposição cidade-campo e pelas relações de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos conceitos elaborados foi possível desenvolver um referencial próprio para o ensino do urbanismo africano, tendo as especificidades das sociedades africanas especializadas na forma urbana africana. A história do continente africano com finalidades didáticas foi dividida em quatro períodos, desde a antiguidade do Vale do Nilo, onde se produziu a base de sustentação dos conhecimentos e de onde se originaram muitos dos conceitos e saberes importantes para a construção dos períodos seguintes. O período de grande expansão comercial pensado como a era do mercantilismo africano, foi sucedido por um tempo de retrocessos impostos pelas ocupações Otomanas e Europeias. Por fim, o tempo presente, o da reconstrução africana. A tomada dos mercados explica os fluxos de produtos, de populações, de divisas e de conhecimentos que criaram as sociedades africanas. Dessa forma, foi possível se organizar um conjunto amplo de informações sobre a criação, o desenvolvimento e mesmo sobre a destruição ou estagnação das cidades africanas com referenciais de análise específicos para o continente africano, integrando as regiões do continente e as externas a ele, pelo comércio, tudo isso dentro dos moldes africanos de pensar as sociedades. Estamos produzindo uma história urbana africana a partir do pensamento africano e não do pensamento urbano ocidental. O artigo apresentou os principais fatores que culminaram na produção de conhecimento sobre 6.000 anos de urbanismo africano e dos conceitos que nutrem a organização de uma disciplina inovadora.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa: Dinossauro, 1994.
- ANDERSON, David M.; RATHBONE, Richard. *Africa's Urban Past*. Oxford: James Currey.
- Bairoch, Paul. 1988. *Cities and Economic Development: From the Dawn of History to the Present*. University of Chicago Press, 2000.
- ANI, Marimba. The Ideology of European Dominance. *The Western Journal of Black Studies*. v. 3, n. 4, inverno de 1979, e *Présence Africaine*, n. 111, 3. trimestre 1979.
- ANI, Marimba. *Yurugu: An Afrikan-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior*. Africa World Press, 1994.
- BARBOSA, Maria. A influência dos paradigmas cartesiano e emergente na abordagem do processo saúde-doença. *Rev. Esc. Enf. USP*. v. 29, n. 2, p. 133-140. ago. 1995.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. n. 1, jun. 2008.
- BELL, Richard H. *Understanding African Philosophy*. New York: Routledge, 2002.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: Afroasiatic Roots of Classical Civilization: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985*, New Brunswick: Rutgers University Press, v. 1, 1987.
- BLERK, NJ van. The emergence of law in ancient Egypt: the role of Maat. *Fundamina*. v. 24, n. 1, p. 69-88, 2018.
- BYRD, Brandon R. *The Black Republic: African Americans and the Fate of Haiti*. University of Pennsylvania Press, 2019.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Histoire des villes d'Afrique noire: des origines à la colonisation*. Paris: Albin Michel, 1993.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Urbanismo africano: da antiguidade aos dias atuais. In: HENRIQUES, Flávio Chedid *et al* (org.). *Tecnologia para o desenvolvimento social: diálogos Nides-UFRJ*. 1. ed. Marília: 2018, v. 1, p. 303-326.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique A. NTU: introdução ao pensamento filosófico bantu. *Revista Educação em Debate*. Fortaleza, ano 32, v. 1, n. 59, p. 25-40, 2010.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique A. Africanidade, afrodescendência e educação. *Revista Educação em Debate*. Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique A. A espacialidade urbana das populações negras: conceitos para o patrimônio cultural. In: SANTOS, Marlene Pereira dos *et al*. (orgs.). *Afro-patrimônio cultural*. Fortaleza, Ceará: Ed. Via Dourada, 2019.
- DARWIN, Charles. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: Murray, 1859.
- DAVISON, Basil. *Lost Cities of Africa*. Boston: Little, Brown and Company, 1959.
- DIOP, Cheikh Anta. *Unidade cultural da África negra, as esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*. Luanda: Ed. Mulemba; Ramada: Ed. Pedago, 2014.
- FICK, Carolyn E. The Haitian revolution and the limits of freedom: defining citizenship in the revolutionary era. *Social History*, p. 394-414, 2007.
- GLISANT, Edouard. *Le Quatrième Siècle*. Paris: Seuil, 1964.
- GLISANT, Edouard. *La lézard*. Paris: Seuil, 1958.
- HEGEL, George W. Friedrich. *The philosophy of history* (J. Sibree, Trans.), 1956.

- HEIDEMANN, Maria. *Os Kikongo: a religião tradicional como desafio à inculturação*. 139f. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2005.
- HULL, Richard W. *African Cities and Towns before the European Conquest*. New York: Norton and Company, 1976.
- HULL, Richard W. *Munyakare: African Civilization Before the Baturee*. John Wiley & Sons, N. Y., 1972.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- KUMAH-ABIWU, Félix; OCHWA-ECHEL, James. Rethinking the Ideas of Pan-Africanism and African Unity: A Theoretical Perspective of Kwame Nkrumah's Leadership Traits and Decision Making. *The Journal of Pan African Studies*, v. 6, n. 6 december, 2013.
- LEITE, Fabio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *Revista África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP*. v. 18-19, p. 103-118, 1995-1996.
- MYERS, Garth. The Africa Problem of Global Urban Theory: Re-conceptualising Planetary Urbanisation, International Development Policy, *Revue internationale de politique de développement*, 10, 2018.
- MOURA, Clovis. *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África: panorama geral. In: KI-ZERBO, J. (coord.). *Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982.
- POLYZOIDES, Apostolos J. *Alexandria: City of Gifts and Sorrows: From Hellenistic Civilization to Multiethnic Metropolis*. Sussex Academic Press, 2014.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- SALM, Steven J.; FALOLA, Toyin. *African Urban Spaces in Historical Perspective*. University of Rochester Press, 2005.
- SEE, Geneviève. *Naissance de l'urbanisme dans la vallée du Nil*. Paris: Edition Serg, 1973.
- WALBANK, Frank W. *The Hellenistic World*. Cambridge. Harvard University Press, 1982.
- WINTERS, Christopher. The Classification of Traditional African Cities. *Journal of Urban History*, 10(1):3-31 nov. 1983.
- WYK, Jo-Ansie van. A sociedade sul-africana em transformação: alguns mitos e realidade. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. (org.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.
- WILLIAMS, Chancellor. *Destruction of Black Civilization: Great Issues of a Race from 4500 B.C. to 2000 A.D.* 3rd. Revised ed. Edition Binding, 1987.

Submetido em março de 2020
Aprovado em julho de 2020

Informações do autor

Henrique Cunha Júnior

Universidade Federal do Ceará - Departamento de Engenharia Elétrica

E-mail: hcunha@ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3168771550890062>